

Fortaleza, 18 de janeiro de 2021.

**Ao Pregoeiro Sr. Thiago Henrique Ferreira**  
**Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º 002/2021**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 200/2020**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE TRÂNSITO E DE INFRAESTRUTURAS NÃO ATIVAS, EM ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA E CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL – SEC. MUN. TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA- SMTTS

**MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.**, empresa participante do processo licitatório, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº. 16.383.848/0001-87, por meio de sua representante abaixo assinado, vem, mui respeitosamente, solicitar esclarecimento para os itens a seguir, para elaboração das propostas e documentação de habilitação para o Edital acima citado:

#### **1. Acerca da Qualificação Técnica:**

No edital supracitado temos descrito o que segue:

*“9.11 Qualificação Técnica (OS ITENS INSERIDOS NAS SUBCLÁUSULAS A SEGUIR SÃO COMPLEMENTARES ÀQUELES QUE CONSTAM NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I - DO PRESENTE EDITAL)*

**9.11.1 *Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente***, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado com responsabilidade de administração de trânsito.

**9.11.1.1** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**9.11.1.2** O licitante disponibilizará todas as **informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados**, apresentando, dentre outros documentos, **cópia do contrato que deu suporte à contratação**, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**9.11.1.3** Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA em nome da LICITANTE;

**9.11.1.4** O(s) **Atestado(s) de Capacidade Técnica poderá(ão) ser substituído(s) pela Certidão de Acervo Técnico – CAT** (acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART), que faça menção à própria LICITANTE como prestadora de serviços, desde que as informações constantes desses documentos permitam aferir a similaridade/compatibilidade dos serviços com os parâmetros fixados.

Na análise da lei 8.666/93, art.30, que segue transcrito:

*“Art. 30. A documentação relativa à **qualificação técnica** limitar-se-á a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*



II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, **no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º **As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão prévia e objetivamente definidas no instrumento convocatório.**"

#### QUESTIONAMOS:


- Entendemos que para atendimento à Qualificação Técnica do referido edital e em consonância com a legislação vigente, o licitante deverá comprovar sua aptidão para desempenho do objeto, obrigatoriamente, através de atestado de capacidade técnica devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com sua Certidão de Acervo Técnico – CAT, para as parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo. Nosso entendimento está correto?
- Em caso de resposta positiva ao questionado na alínea "a" acima, questionamos ainda: Quais são as parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo que deve, ser comprovadas pelo licitante, uma vez que não foi devidamente descrita no edital?
- Caso a resposta ao questionamento da alínea "a" acima seja negativo: solicitamos esclarecer e justificar.

## **2. Acerca do disposto no item 9.11.2.2:**

No item 9.11.2.2. do edital em referência temos o transcrito a seguir:

**"9.11.2.2 As exigências dos atestados de capacidade técnica guardam pertinência com os dados geográficos do Município de Santa Luzia/MG, os quais podem ser aferidos no sítio eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-luzia.html>"**

Na análise do link observamos que segue:

 [ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-luzia.html](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-luzia.html)



7

Estatísticas

Geociências

Cidades e Estados

Agência de Notícias

Nossos sites

Acesso à Informação

Cidades e Estados

Selecione um nível geográfico

Busque uma Unidade da Federação ou um Município



Saiba mais no portal Cidades@

**Santa Luzia** código: 3157807

Exportar



**Prefeito** CHRISTIANO AUGUSTO XAVIER FERREIRA [2021]

**Gentílico** luziense

Saiba mais no portal Cidades@

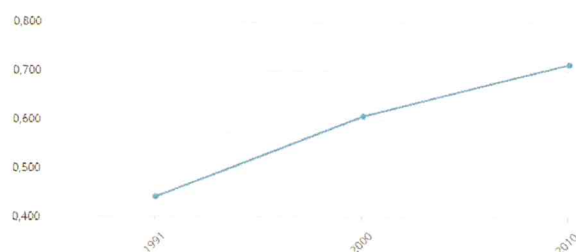
 **Área Territorial** 235,205 km² [2019]

 **População estimada** 220,444 pessoas [2020]


 **Densidade demográfica** 862,38 hab/km² [2010]

 **Escolarização** 6 a 14 anos 96,7 % [2010]

 **IDHM** Índice de desenvolvimento humano municipal 0,715 [2010]



 **Mortalidade infantil** 9,90 óbitos por mil nascidos vivos [2017]

 **Receitas realizadas** 405,174,59919 R\$ (x1000) [2017]

 **Despesas empenhadas** 386,316,2584 R\$ (x1000) [2017]

 **PIB per capita** 18.272,10 R\$ [2016]

Solicitamos esclarecer que informações dos dados geográficos de Santa Luzia/MG são pertinentes para comprovação dos atestados de capacidade técnica a serem comprovados pela licitante em atendimento à Qualificação Técnica, uma vez que não guardam compatibilidade com o que determina o Art. 30 da Lei 8.666/93?

### 3. Acerca do prazo de vigência da contratação:

No edital supracitado temos descrito o que segue:

“14.4 O prazo de vigência da contratação é de ~~XXXXXXX~~ prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.”



**MOBIT MATRIZ**  
MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.  
Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387, conj 101  
Vila Nova Conceição - São Paulo/SP - CEP:04.543-121  
FONE/FAZ: +55 11 2371.4651



**MOBIT**  
MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.  
Rodovia BR 116, km 09, Nº 10.000 B - Jangurussu  
Fortaleza/CE - CEP: 60.870-812  
FONE: +55 85 4006-1200

*P*



“ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(...)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

**O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos conforme Art. 57 da Lei n.º 8.666/1993.”**

“ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

(...)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

**3. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:”**

Na análise da lei 8.666/93, art.57, temos:

“Art. 57. **A duração dos contratos regidos por esta Lei** ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

**II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;**

(...)

**§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.”**

#### QUESTIONAMOS:

- a) Entendemos que o contrato a ser executado pela licitante vencedora do presente certame é contínuo e que o prazo de vigência a constar no item 14.4 e a ser considerado é de 12 (doze) meses, prorrogáveis, conforme disposto no Art.57 da Lei 8.666/93. Nosso entendimento está correto? Caso contrário esclarecer e justificar.
- b) Solicitamos ainda informar o evento que marcará o início da contagem do prazo de vigência do contrato em questão.

#### **4. Da divergência encontrada na definição das Sanções Administrativas:**

Observamos percentuais distintos de sanções administrativas descritas no edital em tela, conforme segue:

“17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

(...)

**17.3 Além do previsto no subitem 18.1, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras e da responsabilidade civil e criminal:**

**17.3.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;**



17.3.2 Multa de 0,03% (três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

17.3.3 Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% do valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

17.3.4 Multa compensatória de 10% (dez) a 20% (vinte) sobre o valor total do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

17.3.5 As sanções previstas nos subitens 18.3.1, 18.3.6, 18.3.7 e 18.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados."

Porém no ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO, foi identificado o que segue:

**"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

11.1 A inexecução do objeto desta licitação, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo de até 5 (cinco) anos conforme artigo 7º da lei federal 10520/02;

(...)

11.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

11.7 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativa, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

11.8 A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Prefeito de Santa Luzia e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

(...)"

Solicitamos esclarecer que item deverá ser considerado para fins contratuais?





## 5. Da comunicação:

Na descrição de TECNOLOGIAS PERMITIDAS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E COLETA DE DADOS DE TRÁFEGO constantes nas páginas 32 e 33 do edital em tela, referente ao Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, temos em seu item 001:

Item	Descrição
1	Todos os equipamentos definidos na Planilha de serviços deverão, obrigatoriamente, ter tecnologia para comunicação e operação através de Central de Controle de Tráfego, a comunicação deverá ocorrer por pelo menos três das seguintes tecnologias, 4G – Fibra Óptica – Cabo Metálico – Rádio Frequência, com informações em tempo real, para fins de cumprimento pleno das exigências, níveis de serviços e requisitos estabelecidos neste Termo.

Apresentando a mesma descrição no item 009 para o Equipamento fixo ostensivo com display medidor de velocidade e sistema com OCR:

Equipamento fixo ostensivo com display medidor de velocidade e sistema com OCR

9	O equipamento deve possuir sistemas de comunicação a Central de Operação de Tráfego, em tempo real e realizar o envio dos arquivos de forma digital por pelo menos três tecnologias, 4G, Cabo Metálico, Fibra Optica ou Rádio Frequência.
---	---

No disposto acima são citados 4 (quatro) modos de transmissão e exige que transmita pelos 3 (três) meios, o que é inviável. Desta forma, entendemos que:

Os equipamentos de fiscalização eletrônica ofertados devem possuir sistema de comunicação em pelo menos um dos tipos de tecnologias listadas a seguir

4G ou Fibra Óptica ou Cabo Metálico ou Rádio Frequência.

Nosso entendimento está correto? Caso contrário esclarecer e justificar.

## 6. Acerca da especificação dos equipamentos fixos:

Na descrição de TECNOLOGIAS PERMITIDAS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E COLETA DE DADOS DE TRÁFEGO constantes nas páginas 32 e 33 do edital em tela, referente ao Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, temos no item 008 para o Equipamento fixo ostensivo com display medidor de velocidade e sistema com OCR:

Equipamento fixo ostensivo com display medidor de velocidade e sistema com OCR

8	O equipamento devera em seu conjunto, possuir câmeras OCR (Optical Character Recognition);
---	--

Para que não paire dúvidas, solicitamos esclarecer:

- a) Entendemos que os equipamentos fixos de fiscalização eletrônica deverá em seu conjunto, possuir câmeras e OCR (Optical Character Recognition). Nosso entendimento está correto? Caso contrário esclarecer e justificar.



## 7. Acerca da especificação da Central de Operação e Controle de Tráfego:

Na descrição de TECNOLOGIAS PERMITIDAS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E COLETA DE DADOS DE TRÁFEGO constantes nas páginas 32 e 33 do edital em tela, referente ao Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, temos em seu item 002:

2

A Central de Operação e Controle de Tráfego, deverá fornecer informações em tempo real, ser um plataforma em multinível, e multiusuários, possuir protocolo aberto para comunicação, com visualização do trânsito da cidade, com capacidade para operar sistemas de controladores de tráfego, PMV – Paineis de mensagem Variável, CFTV – Circuito Fechado de TV e possibilitar a integração com Sistemas de Controle de Estacionamento Rotativo

Sabendo que não há descrição de serviços referentes a PMV – Paineis de Mensagem Variável, tampouco de CFTV- Circuito Fechado de TV ou ainda de Estacionamento Rotativo e por consequência, nenhum destes faz parte do Objeto licitado.

Sabendo que a Lei 8.666/93 determina em seu Art. 7º que:

*“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:*

...

*§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:*

...

*§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.”*

Desta forma QUESTIONAMOS:

- Solicitamos que seja enviada a especificação da Central de Operação e Controle de Tráfego e respectivos os recursos deverão ser disponibilizados pela Contratada, devidamente quantificados.
- Entendemos os serviços referentes ao PMV – Paineis de Mensagem Variável, CFTV- Circuito Fechado de TV e Estacionamento Rotativo não serão exigidos pela Contratante, consequentemente, não são obrigações da CONTRATADA. Nosso entendimento está correto? Caso contrário, esclarecer, justificar e detalhar os serviços a serem executados.
- Em caso positivo, solicitamos a revisão do especificado, incluindo todos os requisitos funcionais e de desempenho para cada um dos supracitados serviços, para que não haja dúvidas.

## 8. Acerca da especificação dos equipamentos fixos:

Na descrição de TECNOLOGIAS PERMITIDAS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E COLETA DE DADOS DE TRÁFEGO constantes nas páginas 32, 33 e 034 do edital em tela, referente ao Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, temos no item 013 para o Equipamento fixo ostensivo com display medidor de velocidade e sistema com OCR:

Equipamento fixo ostensivo com display medidor de velocidade e sistema com OCR

13

**Abranger todas as faixas de rolamento a serem controladas;**





Tendo, ainda especificado em seu item 023 o que segue:

23	Possibilitar a captação de imagens digitais, que permitam a identificação dos veículos para fins de autuação por excesso de velocidade em todas as faixas de tráfego controladas;
----	---

Para que não paire dúvidas e não haja restrições técnicas para ofertar o equipamento ostensivo em destaque, QUESTIONAMOS:

- a) Entendemos que os equipamentos fixos ostensivos com display medidor de velocidade e sistema com OCR, devem possibilitar a captação de imagens digitais que permitam a identificação dos veículos para fins de autuação por excesso de velocidade, abrangendo todas as faixas de tráfego de forma independente por faixa controlada

Por fim, vale ressaltar que a respostas aos questionamentos acima são de vital importância para a elaboração das Propostas e dos Custos, de forma a obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As respostas a estes questionamentos poderão ser encaminhadas através de nosso Fax: (85) 4006-1294 e/ou através do e-mail: [salatecnica@mobitbrasil.com.br](mailto:salatecnica@mobitbrasil.com.br).

Certos de V. atenção, desde já agradecemos.



**Monique Rangel das Chagas Coêlho Cintra**  
Representante Legal - R.G. 2003002206701  
MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA  
CNPJ nº 16.383.848/0001-87



## INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO

SAIBAM todos quantos este público instrumento de PROCURAÇÃO virem que, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (25/08/2020), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, a este Notariado, sito na Av. Desembargador Moreira, nº 1000-A, Aldeota, compareceu perante mim - ANDREZZA TALIA SANTIAGO - escrevente deste 8º Tabelionato Aguiar, como OUTORGANTES - MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, com sede à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387 - Conjunto 101, Vila Nova Conceição, São Paulo, São Paulo, MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0002-68, com sede à Rua Joaquim Figueiredo, nº 68, Triângulo, Juazeiro do Norte, Ceará, MOBIT- MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0003-49, com sede à Rua Francisco Heronildes da Silva, nº 165, Nova Betânia, Mossoró, Rio Grande do Norte, MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0004-20, com sede à Rua Israel, nº 13-B, Jardim São Cristóvão, São Luís, Maranhão, MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0005-00, com sede à Rua Raimundo Juvino de Oliveira, nº 2436, Lagoa Nova, Natal, Rio Grande do Norte, MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0006-91, com sede à Rua Bolívia, nº 245 - Edícula, Cechino, Americana, São Paulo, MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0007-72, com sede à Rodovia BR 116, nº 10.000 B, Jangurussu, Fortaleza, Ceará, MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0008-53, com sede à Travessa Manoel Rodrigues do Monte, nº 92, Domingos Olímpio, Sobral, Ceará e MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0009-34, com sede à Avenida Floriano Peixoto, nº S/N, Quadra 007 - Lote 09/10/21/22, Loteamento Esplanada, Parauapebas, Pará, todas neste ato representadas por sua diretora executiva, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, nascida em 05/12/1965, brasileira, casada, administradora, Cédula de Identidade



90002059628/SSPDS-CE (CNH-00943098245/DETRAN-CE), CPF/MF 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, nº 10.000, Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará, reconhecida como a própria por mim escrevente, conforme os documentos apresentados, de cujas capacidade jurídica dou fé, e por ela, representante das Outorgantes, me foi dito que por este instrumento nomeiam e constituem seus procuradores, ora denominados OUTORGADOS - EQUIPE 01 - ANDRE MAZZEI DE CAMPOS, brasileiro, casado, engenheiro civil, Cédula de Identidade 23.854.733-4/SSP-SP, CPF/MF 256.005.538-46, residente e domiciliado na Rua Antonio Clemente, nº 382, Jardim São Paulo, na cidade de São Paulo-São Paulo, MONIQUE RANGEL DAS CHAGAS COELHO CINTRA, brasileira, casada, engenheira civil, Cédula de Identidade 2003002206701/SSP-CE, CPF/MF 938.213.287-20, residente e domiciliada na Rua Silva Jatahy, nº 400 - ap. 1201, Bloco B, Meireles, nesta cidade de Fortaleza-Ceará, ALEX AILTON DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, engenheiro civil, Cédula de Identidade Profissional 140703024-8/CREA-MG, CPF/MF 027.330.736-30, residente e domiciliado na Rua dos Heliotropios, nº 355, Mirandópolis, na cidade de São Paulo-São Paulo, WALDEN MEIRELES PRATA, brasileiro, casado, engenheiro, Cédula de Identidade 458786/SSP-CE (CNH-02912923005/DETRAN-CE), CPF/MF 073.486.903-78, residente e domiciliado na Rua Otacilio Mota, nº 97 - casa 22, Luciano Cavalcante, na cidade de Fortaleza-Ceará, TELMO DE JESUS ALFREDO, brasileiro, casado, comerciante, Cédula de Identidade 2007944065-1/SSP-CE, CPF/MF 033.498.178-66, residente e domiciliado na Rua Francisca Xerez, nº 140 - ap. 201, torre B, Guararapes, nesta cidade de Fortaleza-Ceará. EQUIPE 02 - JOSÉ MANUGUERRA, brasileiro, casado, engenheiro, Cédula de Identidade 16865739/SSP-SP, CPF/MF 125.511.038-43, residente e domiciliado na Rua Mapuá, nº 28, Chácara Monte Alegre, na cidade de São Paulo-São Paulo e RONALDO DA SILVA LIMA, brasileiro, solteiro, coordenador de licitações, Cédula de Identidade 20014588/SSP-SP, CPF/MF 093.173.718-41, residente e domiciliado na Rua Guaxumã, nº 304, Vila Rio Branco, na cidade de São Paulo-São Paulo, aos quais conferem os seguintes PODERES: os Outorgados da EQUIPE 01 poderão representar, em conjunto ou isoladamente, a Outorgante nas licitações públicas de qualquer modalidade, seja Concessões e/ou Permissões Públicas, Concorrência, Tomada de preços, convite, pregão presencial ou eletrônico, concurso, leilão, Registro de Preços ou atas de adesão(carona), junto aos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Paraestatais, Secretarias de Governo, outros órgãos, em todo o território Nacional, podendo ditos procuradores, requerer vista dos autos do processo administrativo; assinar as competentes atas das sessões públicas ou reuniões realizadas; impetrar, apresentar e











## VALIDAÇÃO

O(s) documento(s) em anexo é(são) reprodução(ões) fiel(is), do(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s), confirmando a(s) sua(s) autenticidade(s) através do Código de Controle e Autenticação abaixo indicado, impresso em cada documento anexo.

**Código de Controle da Autenticação: 46938748-1 a 46938748-4**

**Número do pedido: 10903**

**Emitida em 26/08/2020 às 09:41:03**

**VÁLIDA até 26/08/2021 às 09:41:03**

**Solicitada eletronicamente por:**

**MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA**

A autenticidade deverá ser confirmada no site  
[www.cartorioaguiar.com.br](http://www.cartorioaguiar.com.br) informando o código de verificação abaixo

**46938748**



### CHAVE DIGITAL

Produzida conforme certificação digital ICP- Brasil – MP 2.200-2/2001

e01f79b80f5797bbbff97f0a6130442b6c97565f667c4a031aaf482f34610135463e064b2d8495bf5fdbcb3ec77c  
9971757c3ee885daf8e8059a9f4bd95d239e

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO  
SISTEMA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

CE

NOME  
MONIQUE RANGEL DAS CHAGAS COELHO CINTRA

DOC. IDENTIDADE / DATA EMISSÃO / UF  
2003002206701 SSPDS CE

CPF  
938.213.287-20

DATA NASCIMENTO  
23/05/1970

INSCRIÇÃO  
ANTONIO TAVARES DAS CHAGAS  
EDMA CARVALHO RANGEL DAS CHAGAS

PERMISSÃO  
NÃO

ACE  
NÃO

OUTRA  
NÃO

Nº REGISTRO  
00000216595

VALIDADE  
02/01/2025

1ª EMISSÃO  
22/06/1989

OBSERVAÇÕES  
A

ASSINATURA DO TITULAR

LOCAL  
FORTALEZA, CE

DATA EMISSÃO  
06/01/2020

94045417605  
CE174302894

CEARA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1846968100

RECIBIDO PLASTIFICAR  
1846968100

AGUIAR  
de Identificação

GABRIEL ABBRU SOUZA 61221161300  
Documento assinado digitalmente,  
conforme apresentado original ao  
Cartório Aguiar  
2020.07.22 12:04:41 -0300

AGUIAR  
de Identificação

VAL  
YAL  
TCIN  
VAL  
VAL

ALVN 03

AUTENTICACAO

N. IF 396009

2019

QR CODE

# Autenticação Digital

Conforme o parágrafo único do artigo 244 do Provimento nº 08/2014-CGJ-CE, autêntico esta imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste sistema. A reprodução é feita em PDF e em formato de imagem. Caso impressa esta cópia deverá acompanhar Certidão de Autenticação a confirmar no <http://ndoc.cartorioaguiar.com.br/ntic/consulta>.  
CNPJ 08.948.918/0001-55 - Rua: 2000, 207 99 44.00000

4



## VALIDAÇÃO

O(s) documento(s) em anexo é(são) reprodução(ões) fiel(is), do(s) original(is) que me foi(ram) apresentado(s), confirmando a(s) sua(s) autenticidade(s) através do Código de Controle e Autenticação abaixo indicado, impresso em cada documento anexo.

**Código de Controle da Autenticação: 44433805-1 a 44433805-1**

**Número do pedido: 10803**

**Emitida em 22/07/2020 às 12:00:33**

**VÁLIDA até 22/07/2021 às 12:00:33**

**Solicitada eletronicamente por:**

**MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA**

A autenticidade deverá ser confirmada no site  
[www.cartorioaguiar.com.br](http://www.cartorioaguiar.com.br) informando o código de verificação abaixo

**44433805**



GABRIEL ABREU  
SOUZA 61221161300  
Documento assinado  
digitalmente, conforme  
apresentado original ao  
Cartório Aguiar  
2020.07.22 12:06:08 -0300

### CHAVE DIGITAL

Produzida conforme certificação digital ICP- Brasil – MP 2.200-2/2001

84bc6e59d0cd0f3df2de4980aa111e364f4e1d27b5ce4e80ca1a28bb3f4fa9eddbb5417e751a3b5d842109820  
77c8d7b251ce21c3abcda40b7bf53d5a2fa70b4